

ÍNDICE DO QUARTO VOLUME

PARTE IV – PESSOAS

CAPÍTULO I – A PESSOA NO DIREITO CIVIL

§ 1.º Ser humano e pessoa

1. A origem da Humanidade.	23
2. O ser humano	25
3. A pessoa	30
4. A dignidade da pessoa	32
5. A escravatura	35
6. Alcance e limites de uma dogmática das pessoas	42

CAPÍTULO II – O DIREITO DE PERSONALIDADE

SECÇÃO I – DESENVOLVIMENTO E ÂMBITO

§ 2.º Origem e evolução

7. Ideia básica; condicionantes histórico-culturais.	45
8. <i>A actio iniuriarum</i>	47
9. De Donellus aos direitos fundamentais	49
10. De Savigny aos direitos de personalidade	52
11. As experiências clássicas: francesa e alemã.	56
12. Do “direito geral de personalidade” aos “âmbitos de proteção”	63

§ 3.º A experiência lusófona

13. Do pensamento tradicional ao racionalismo de Seabra	67
14. Os “direitos originários” de 1867.	71
15. O debate na primeira metade do século XX.	75
16. O Código Civil brasileiro de 1916	78
17. O Código Civil de 1966	80
18. O Código Civil brasileiro de 2002	83

§ 4.º A jurisprudência portuguesa

19. Papel e periodificação	85
20. Situação anterior ao Código Civil (1967)	86
21. Reconhecimento pontual (1967 a 1982)	89
22. Implantação (1983 a 1992).	90
23. Aplicação corrente (a partir de 1993).	93
24. Aplicação ao mundo virtual	100

SECÇÃO II – DOCTRINA GERAL**§ 5.º Construção dogmática**

25. Pré-entendimentos; a funcionalidade; papel pretoriano	102
26. Os bens de personalidade	104
27. Os direitos subjetivos	106
28. O “direito geral” de personalidade e os direitos especiais	108

§ 6.º Características dos direitos de personalidade

29. A absolutidade	111
30. A natureza não-patrimonial	113
31. A dupla inerência	114
32. O problema da prevalência.	115

§ 7.º Modalidades e regime geral

33. Direitos necessários e eventuais; o seu surgimento	118
34. Classificações	119
35. O alargamento às pessoas coletivas	120
36. Negociabilidade limitada, imprescritibilidade, respeito pela ordem pública e demais requisitos	125
37. A ressarcibilidade e a adoção de medidas adequadas de defesa	127
38. Deveres acessórios e posição do titular; conflitos de direitos	132
39. A tutela penal; reflexos civis	136

SECÇÃO III – AS FIGURAS AFINS**§ 8.º O problema das figuras afins; os direitos do homem**

40. O problema geral	139
41. Os direitos do homem	140
42. A internacionalização; o fenómeno do retorno	143

§ 9.º Os direitos fundamentais

43. Origem e feição geral	145
44. Classificações e enunciado	146
45. O regime	150

§ 10.º Direitos e liberdades fundamentais no Direito europeu

46. Base ocidental	153
47. Direitos fundamentais europeus	154
48. A consagração jurisprudencial	156
49. Enumeração	157
50. As liberdades fundamentais	159
51. Âmbito de aplicação	160

SECÇÃO IV – OS DIREITOS DE PERSONALIDADE EM ESPECIAL

52. Enumeração	163
--------------------------	-----

§ 11.º O direito à vida e à integridade física

53. O direito à vida; a inviolabilidade	165
54. A ilicitude do suicídio, do duelo e de comportamentos de risco	167
55. Breve justificação; a ilicitude da eutanásia	170
56. As tutelas pré-natal e <i>post mortem</i> ; remissão	174
57. O direito à integridade física	175
58. O assédio (<i>mobbing e bullying</i>)	178
59. As indemnizações (aspetos gerais)	182
60. A problemática dos seguros	186
61. Dados jurisprudenciais recentes	188
62. A atribuição das indemnizações e o dano-morte	191
63. A “querela” em torno do dano-morte	194
64. As providências adequadas às circunstâncias; a irrelevância das autorizações administrativas e a (re)ponderação das leis ambientais	198

§ 12.º O direito à integridade moral, ao bom nome e à reputação

65. O direito à honra	201
66. Atentados à honra; <i>exceptio veritatis</i> ?	204
67. O conflito com a liberdade de informação; outras liberdades	208
68. Situações de dúvida; o sentimento de honra geral	212
69. As pretensões decorrentes da ofensa à honra	213

§ 13.º O direito ao nome

70. Generalidades; períodos antigo e intermédio	217
71. As codificações e seus antecedentes	221
72. A experiência portuguesa e a sua evolução	226
73. A formação do nome	230
74. A composição do nome	233
75. Modificações do nome	235
76. Conteúdo do direito ao nome	238
77. Figuras semelhantes ao nome	240
78. Outros sinais distintivos das pessoas	243
79. A natureza do direito ao nome	244

§ 14.º As cartas-missivas confidenciais

80. Cartas-missivas confidenciais	247
81. A confidencialidade	248
82. O regime e o âmbito de proteção	251
83. Cartas-missivas não-confidenciais; a confiança	255
84. Alargamento a sms e a comunicações eletrónicas	256

§ 15.º O direito à imagem

85. O bem protegido	257
86. Os valores em jogo; alargamento ao direito sobre a palavra	259
87. O regime civil vigente; a autorização	261
88. A delimitação em função das circunstâncias; teoria das esferas e concretização	264

§ 16.º O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada

89. O bem protegido; remissão para a teoria das esferas	270
90. O valor “privacidade”	272
91. O regime vigente	275
92. Concretização e sanções	279

**SECÇÃO V – DIREITO AO NOME (EXCURSO):
DIREITO NOBILIÁRQUICO PORTUGUÊS (BREVE EXPOSIÇÃO)**

93. Justificação	283
----------------------------	-----

§ 17.º O regime tradicional português dos títulos nobiliárquicos

94. Os títulos nobiliárquicos	285
95. Regime geral	289

96. A aquisição de títulos nobiliárquicos 291
97. A transmissão por morte 295

§ 18.º Os títulos nobiliárquicos nos regimes republicanos

98. A experiência francesa 299
99. A experiência italiana 302
100. A experiência alemã 305

§ 19.º Os títulos nobiliárquicos no Direito civil português vigente

101. O ordenamento republicano 308
102. O Direito civil vigente e os títulos nobiliárquicos 315
103. A jurisdição do Duque de Bragança e do Instituto de Nobreza 315

§ 20.º Os títulos nobiliárquicos e a questão constitucional de 2007

104. A reforma do registo civil de 2007 320
105. O princípio da igualdade 320
106. Os fundamentos da tutela 322
107. A inconstitucionalidade orgânica da revogação 324
108. A inconstitucionalidade material da revogação 324
109. Conclusão 325

CAPÍTULO III – PESSOAS SINGULARES

SECÇÃO I – O INÍCIO DA PERSONALIDADE

§ 21.º O problema da tutela pré-natal

110. A génese da pessoa 327
111. O nascituro ao longo da História 328
112. A proteção penal; a discussão em torno dos referendos 334
113. A necessidade de uma ponderação de valores 341
114. Os vetores em presença; o caso do violinista 343

§ 22.º A tutela civil do nascituro

115. O direito à vida do nascituro 350
116. Tutela penal? 354
117. Danos causados ao nascituro; o próprio nascimento como dano? 357
118. O estatuto dos embriões 365
119. Consequências civis 368

§ 23.º Aquisição de personalidade e de capacidade

120. As noções básicas	371
121. O sistema do Código Civil	374
122. O começo da personalidade	376
123. Direitos específicos dos nascituros.	379
124. A condição legal do nascimento.	385

SECÇÃO II – ELEMENTOS DOS ESTADOS DAS PESSOAS**§ 24.º Estados e registo**

125. Os estados	387
126. Os registos paroquiais e a busca do registo civil	390
127. Os códigos de registo civil	395

§ 25.º O registo civil

128. O Código de 1995 e o seu conteúdo.	398
129. Objetivos gerais e alterações	400
130. Os princípios do registo civil	404
131. Os efeitos do registo civil.	406

§ 26.º A identidade

132. Noção e evolução geral	410
133. Identificação civil e bilhete de identidade	413
134. Outras formas de identificação.	416

§ 27.º O sexo

135. Distinções básicas	417
136. A discriminação histórica da mulher	418
137. O predomínio da igualdade	424
138. Um Direito especial das mulheres?	426
139. O transexualismo; problemática geral e Direito comparado	427
140. Segue; a experiência portuguesa e os princípios civis	432

§ 28.º Domicílio

141. Aspetos gerais: origem e evolução.	438
142. A evolução no Direito português	441
143. O Direito vigente; paradeiro e residência.	443
144. Domicílios civis; o domicílio geral voluntário.	445

145. O domicílio eletivo	447
146. O domicílio profissional	449
147. Os domicílios legais	450

§ 29.º Ausência e morte presumida

148. Problemática geral e evolução	452
149. Sistema português e sua evolução	456
150. Sistema dos Códigos Civis português e brasileiro	459
151. Curadoria provisória	460
152. Curadoria definitiva	463
153. Morte presumida	466

SECÇÃO III – OS MENORES

§ 30.º A situação dos menores

154. Aspetos gerais e evolução	469
155. A experiência portuguesa, até 1966; a alternativa de Gomes da Silva.	472
156. O Direito dos menores	474
157. A condição civil dos menores; o âmbito das “incapacidades”.	479

§ 31.º A proteção dos menores

158. As responsabilidades parentais	485
159. A tutela	488
160. Os atos dos menores	490
161. A maioridade e a emancipação	492

SECÇÃO IV – OS MAIORES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

§ 32.º Necessidades especiais: nota histórico-comparatística

162. <i>Venia debilium</i>	495
163. O Direito francês	498
164. O Direito alemão	503
165. O Direito brasileiro	512
166. Outros Direitos	517

§ 33.º Direito internacional e Direito europeu

167. A Convenção de Nova Iorque de 2007; o preâmbulo	522
168. Os instrumentos europeus	528

§ 34.º Origem e evolução do Direito português

169. Ordenações e Código de Seabra	530
170. A preparação do Código Civil de 1966	533
171. A revogada interdição	535
172. A revogada inabilitação	541

§ 35.º A reforma de 2018

173. A necessidade da reforma.	544
174. Os objetivos	548
175. As opções da reforma.	550
176. O perímetro da reforma	555

§ 36.º O acompanhamento

177. Sistema geral	558
178. A decisão de acompanhamento	560
179. O acompanhante.	563
180. Os atos do acompanhado; o mandato <i>ad conservandum</i>	564
181. A revisão e a cessação	567
182. Aplicação no tempo	567

SECÇÃO V – O TERMO DA PERSONALIDADE

§ 37.º A morte

183. A morte natural.	568
184. A comoriência	572
185. A morte declarada e a morte presumida	574

§ 38.º As consequências da morte

186. Conspecto geral; o termo da personalidade	576
187. A constatação, a certificação e o registo do óbito	577
188. Efeitos administrativos e fiscais.	582
189. Efeitos de Direito privado	582

§ 39.º A tutela *post mortem*

190. Generalidades; o cadáver	587
191. A tutela do cadáver; natureza	589
192. A pós-eficácia dos direitos de personalidade	596
193. A experiência portuguesa	600
194. A natureza da tutela <i>post mortem</i>	604

CAPÍTULO IV – PESSOAS COLETIVAS EM GERAL

SECÇÃO I – A PERSONALIDADE COLETIVA

§ 40.º Terminologia e origens

195. Pessoas singulares e pessoas coletivas	607
196. A expressão “pessoa coletiva”; a questão terminológica	608
197. O Direito romano	612
198. Canonistas e glosadores	617
199. Humanismo e jurisprudência elegante	619
200. Racionalismo	621

§ 41.º O pensamento de Savigny

201. Os antecedentes de Glück e Heise	624
202. Savigny.	626
203. As leituras de Savigny	627
204. A influência em Portugal	629

§ 42.º Doutrinas tradicionais

205. A teoria da ficção e a sua descaracterização oitocentista	632
206. De Jhering aos negativismos	634
207. O organicismo	638
208. Substratos ideais	642
209. O “realismo” jurídico	647
210. Refutação do “realismo” jurídico.	651

§ 43.º Tendências recentes e posição adotada

211. Tendências recentes	653
212. Posição adotada	656

SECÇÃO II – PESSOAS RUDIMENTARES E FIGURAS AFINS

§ 44.º As pessoas coletivas rudimentares

213. A tradição de Paulo Cunha e a doutrina de ponta	661
214. A personalidade judiciária	663
215. As personalidades económica, laboral e tributária.	667
216. Pessoas coletivas em formação e em extinção	668

217. Associações não reconhecidas, comissões, sociedades civis e sociedades irregulares	670
218. Esferas e patrimónios de afetação	671
219. Monismo conceitual?	672

§ 45.º Figuras afins

220. Ideia geral; o modo coletivo imperfeito; o litisconsórcio necessário.	673
221. A mão-comum e a comunhão.	674

SECÇÃO III – CLASSIFICAÇÕES DE PESSOAS COLETIVAS

§ 46.º Critérios de classificação

222. Pólos, classificações e tipologias	676
223. Pessoas coletivas públicas e privadas	678
224. Pessoas coletivas de utilidade pública	683
225. Pessoas coletivas nacionais, estrangeiras, internacionais e comunitárias	684
226. Pessoas coletivas associativas e fundacionais	685
227. Pessoas coletivas com e sem fins lucrativos	687
228. Pessoas coletivas comuns e especiais	687

§ 47.º Tipologia de pessoas coletivas privadas

229. A tipicidade	689
230. Associações, fundações e sociedades civis	691
231. Sociedades comerciais: cooperativas	692

SECÇÃO IV – DOGMÁTICA BÁSICA

§ 48.º Sistema de fontes

232. A liberdade de associação; evolução	695
233. A liberdade económica; a livre constituição de sociedades	697
234. A lei civil; antecedentes	698
235. O Código Civil; a influência comercial	702
236. O Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de setembro e a reforma de 1977	704
237. O Direito subsidiário; o papel do Direito comercial	706

§ 49.º Elementos essenciais

238. Considerações prévias; a aplicabilidade dos requisitos do negócio jurídico	708
239. Ato constitutivo e estatutos: forma e interpretação	711

240. Conteúdo necessário dos estatutos	712
241. Sistematização de elementos; <i>animus personificandi</i> ?	714

§ 50.º Organização e funcionamento

242. Generalidades; denominação e sede.	719
243. Os órgãos	720
244. Os titulares dos órgãos e a responsabilidade	722
245. A administração: gestão e representação	724
246. A fiscalização	727

§ 51.º A capacidade e a atuação

247. O princípio da especialidade; origens	729
248. Segue; a sua superação.	732
249. As limitações específicas: naturais, legais e estatutárias	735
250. A “capacidade de exercício”; a “representação”	739
251. A responsabilidade das pessoas coletivas	739
252. O exercício de atividades comerciais.	744

§ 52.º A formação; aquisição de personalidade

253. Os modos de aquisição e a sua evolução	746
254. A positividade subjacente.	751
255. A multiplicidade de atos de constituição	752

§ 53.º As vicissitudes

256. O problema da parte geral; remissão	754
--	-----

SECÇÃO V – O LEVANTAMENTO DA PERSONALIDADE COLETIVA

§ 54.º Origens e evolução do levantamento da personalidade

257. Generalidades e terminologia.	755
258. Antecedentes alemão e norte-americano	757
259. A receção em Portugal	762

§ 55.º Situações típicas de levantamento

260. Sistematização; a confusão de esferas	765
261. A subcapitalização	767
262. Atentado a terceiros e abuso da personalidade	771

§ 56.º As teorias do levantamento

263. Quadro geral; teoria subjetiva	774
264. Teorias objetivas.	776
265. Teoria da aplicação das normas	777
266. Teorias negativistas	779

§ 57.º Importância prática em Portugal e posição adotada

267. A importância prática em Portugal.	780
268. Posição adotada	785

CAPÍTULO V – PESSOAS COLETIVAS EM ESPECIAL

SECÇÃO I – ASSOCIAÇÕES

§ 58.º Características gerais e constituição das associações

269. Características gerais; responsabilidade por dívidas e lucro	791
270. A constituição; ato constitutivo, estatutos e publicidade	794
271. A invalidade da constituição	799
272. Aspetos instrumentais; a constituição imediata	801

§ 59.º A posição dos associados

273. Direitos dos associados	804
274. Obrigações dos associados; o princípio do igual tratamento; categorias	806
275. Número mínimo; ingresso, saída, exclusão; variabilidade e intransmissibilidade	809
276. O poder disciplinar associativo	813
277. A natureza dos direitos associativos: o <i>status</i> de associado.	817

§ 60.º A assembleia geral das associações

278. Composição e convocação	819
279. Funcionamento.	823
280. Competência.	825
281. A invalidade das deliberações associativas	826

§ 61.º A administração e o conselho fiscal das associações

282. Titulares dos órgãos e “revogação dos seus poderes”	830
283. Convocação, funcionamento e competência; outros órgãos	831
284. A invalidade das deliberações associativas	832

§ 62.º A modificação e a extinção das associações

285. A modificação, fusão, cisão e transformação	833
286. A extinção.	835
287. Efeitos da extinção	837

§ 63.º Associações dotadas de regimes especiais

288. Generalidades	839
289. Partidos políticos	839
290. Associativismo jovem (ex-associações de estudantes)	840
291. Associações de pais e associações de família	841
292. Associações de defesa do consumidor e do ambiente	842
293. Associações católicas; misericórdias	843
294. Instituições particulares de solidariedade social	844
295. Associações de mulheres	846
296. Associações laborais	846
297. Associações desportivas	848
298. Outras associações; conveniência da reforma do Código Civil	849
299. O projeto de “associação europeia”	849

SECÇÃO II – FUNDAÇÕES**§ 64.º Coordenadas históricas e comparatísticas**

300. Enquadramento	851
301. Evolução histórica	852
302. Direito comparado	855
303. Referência à experiência lusófona	859

§ 65.º Direito europeu

304. Antecedentes	862
305. A proposta de Regulamento sobre a Fundação Europeia (FE)	864

§ 66.º Características gerais e instituição das fundações

306. O regime jurídico vigente.	867
307. Formação; a instituição; a deixa fiduciária (<i>trust</i>)	871
308. Os estatutos	873
309. O reconhecimento	874

§ 67.º Funcionamento, modificação e extinção das fundações

310. A administração e a fiscalização; outros órgãos.	877
---	-----

311. A modificação.....	878
312. A extinção.....	880
313. As fundações aprovadas por lei.....	881

SECÇÃO III – ASSOCIAÇÕES SEM PERSONALIDADE JURÍDICA E COMISSÕES ESPECIAIS

§ 68.º Associações sem personalidade jurídica (ASP)

314. Noção.....	884
315. Regime.....	885
316. Natureza.....	887

§ 69.º Comissões especiais

317. Noção e regime.....	890
318. Natureza.....	891

SECÇÃO IV – SOCIEDADES CIVIS PURAS

§ 70.º A evolução geral das sociedades civis

319. Direito romano e período intermédio.....	893
320. O estilo napoleónico; a migração comercial.....	894
321. O estilo pandectístico; a preservação formal da <i>societas</i>	897

§ 71.º As sociedades civis puras no Direito português

322. O Código de Seabra.....	899
323. O Código Civil.....	903
324. O papel das sociedades civis puras.....	906
325. As sociedades civis sob forma comercial.....	907
326. A personalidade coletiva: o problema e a posição adotada.....	908

§ 72.º A eventual reforma

327. O ponto de partida.....	915
328. Os projetos de reforma do BGB.....	915
329. Pontos a reformar.....	917

Índice de jurisprudência.....	921
Índice onomástico.....	939
Índice bibliográfico.....	961
Índice ideográfico.....	1017